

RECURSO ESPECIAL Nº 1.868.167 - SP (2020/0069633-9)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : EDUARDO LUIZ DA SILVA
ADVOGADOS : ALEKSEI WALLACE PEREIRA - SP158624
MICHEL DE SOUZA BRANDÃO E OUTRO(S) - SP157001

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (fl.230):

Acidente do Trabalho - Sequela residual - Redução parcial e permanente da capacidade laborativa e nexo de causalidade - Comprovação - Auxílio-acidente devido - Procedência.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fl. 251).

Aponta o recorrente violação aos arts. 535, II, do CPC/73, 20, § 1º e 86 da Lei 8.213/91 e 1º-F, da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/09. Sustenta, em síntese: **(I)** negativa de prestação jurisdicional, **(II)** a parte autora não faz jus ao benefício acidentário, uma vez que não restou comprovada a incapacidade laboral e **(III)** "o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, seja na redação atual ou anterior, aplica-se imediatamente às condenações suportadas pela Fazenda Pública, independentemente da data do ajuizamento das demandas contra o Poder Público" (fl. 267).

Devidamente intimada, a parte recorrida apresentou contrarrazões ao recurso especial, conforme petição de fls. 273/276.

Em novo exame por força do art. 1.030, II, do CPC/2015, o acórdão foi modificado, cuja ementa se colhe (fl. 295):

RECURSO ESPECIAL. CONTROVÉRSIA REPETITIVA. Artigo 1.030, inciso II, do CPC/15. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICABILIDADE DA LEI 11.960/09. Questão decidida pelo C. STF, no RE 870.947/SE (Tema 810 de repercussão geral), definindo o IPCA-E como índice de correção monetária das prestações em atraso, em substituição à TR, e pelo C. STJ, no REsp 1.495.146/MG (Tema 905 de controvérsia repetitiva), definindo o INPC como índice

de correção monetária no período posterior à vigência da Lei 11.430/06, ambos Fixando os juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei 9.497, com redação dada pela Lei 11.960/09).

Modificação do entendimento inicialmente contido no v. acórdão recorrido para aplicar o INPC até 30/06/2009 e, a partir de então, o IPCA-E, bem como juros conforme o índice de remuneração da caderneta de poupança, a partir da vigência da Lei 11.960/09.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

De início, ressalta-se que na sistemática introduzida pelo artigo 543-C do CPC/73, incumbe ao Tribunal de origem, com exclusividade e em caráter definitivo, proferir juízo de adequação do caso concreto ao precedente formado em repetitivo, sob pena de tornar-se ineficaz o propósito racionalizador implantado pela Lei 11.672/2008. Essa conclusão pode ser extraída da fundamentação constante da **Questão de Ordem no Ag 1.154.599/SP**, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, DJe de 12/5/2011, submetida à apreciação da Corte Especial:

"A edição da Lei n. 11.672, de 8.5.2008, decorreu, sabidamente, da explosão de processos repetidos junto ao Superior Tribunal de Justiça, ensejando centenas e, conforme a matéria, milhares de julgados idênticos, mesmo após a questão jurídica já estar pacificada.

O mecanismo cri

*ado no referido diploma, assim, foi a solução encontrada para afastar julgamentos meramente 'burocráticos' nesta Corte, já que previsível o resultado desses diante da orientação firmada em **leading case** pelo órgão judicante competente.*

Não se perca de vista que a redução de processos idênticos permite que o Superior Tribunal de Justiça se ocupe cada vez mais de questões novas, ainda não resolvidas, e relevantes para as partes e para o País.

Assim, criado o mecanismo legal para acabar com inúmeros julgamentos desnecessários e inviabilizadores de atividade jurisdicional ágil e com qualidade, os objetivos da lei devem, então, ser seguidos também no momento de interpretação dos dispositivos por ela inseridos no Código de Processo Civil e a "A edição da Lei n. 11.672, de 8.5.2008, decorreu, sabidamente, da explosão de processos repetidos junto ao Superior Tribunal de Justiça, ensejando centenas e, conforme a matéria, milhares de julgados idênticos, mesmo após a questão jurídica já estar

pacificada.

*O mecanismo criado no referido diploma, assim, foi a solução encontrada para afastar julgamentos meramente 'burocráticos' nesta Corte, já que previsível o resultado desses diante da orientação firmada em **leading case** pelo órgão judicante competente.*

Não se perca de vista que a redução de processos idênticos permite que o Superior Tribunal de Justiça se ocupe cada vez mais de questões novas, ainda não resolvidas, e relevantes para as partes e para o País.

Assim, criado o mecanismo legal para acabar com inúmeros julgamentos desnecessários e inviabilizadores de atividade jurisdicional ágil e com qualidade, os objetivos da lei devem, então, ser seguidos também no momento de interpretação dos dispositivos por ela inseridos no Código de Processo Civil e a ela vinculados, sob pena de tornar o esforço legislativo totalmente inócuo e de eternizar a insatisfação das pessoas que buscam o Poder Judiciário com esperança de uma justiça rápida."

Com relação o art. 1º-F da Lei 9.494/97, conforme se verifica dos autos, o Tribunal **a quo**, em juízo de retratação previsto no art. 1.030, II, do CPC/15, proferiu novo julgamento e modificou o entendimento anteriormente exarado.

Dessa forma, como houve alteração do fundamento adotado pela Corte de origem, a retificação do apelo nobre anteriormente interposto seria medida de rigor, sob pena de aplicação, por analogia, da Súmula 579/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 543-C, § 7º, INC. II, DO CPC/1973. ACÓRDÃO MANTIDO, MAS COM FUNDAMENTO NOVO. NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 579/STJ.

1. Submetido o recurso especial a juízo de retratação e reapreciado o caso, conforme o art. 543-C, § 7º, inc. II, do CPC/1973, o acórdão hostilizado foi mantido, acrescentando-se, todavia, fundamento novo.

2. Hipótese em que necessária a ratificação do recurso especial, providência não observada. Incidência, por analogia, da Súmula 579/STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 828.379/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 25/08/2017)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO PROFERIDO NOS TERMOS DO ART. 543-C, § 7º, II, DO CPC. FALTA DE RATIFICAÇÃO. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA.

1. "É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação" - Súmula 418/STJ.

2. Hipótese em que o Recurso Especial foi submetido a juízo de retratação em razão de a matéria versada nele Recurso Especial ter sido submetida a julgamento no rito dos recursos repetitivos. Posteriormente, o órgão colegiado reapreciou o tema com base no art. 543-C, § 7º, II, do CPC; manteve-se o acórdão hostilizado, mas o Recurso Especial não foi reiterado ou ratificado pela parte interessada.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.479.578/AL, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 02/02/2016)

Ademais, com relação aos Temas nº 905 do STJ e nº 810 do STF, o Tribunal **a quo** assim se pronunciou, **in verbis** (fl. 296):

Todavia, em 20/09/2017 (DJe de 20/11/2017), o C. Supremo Tribunal Federal, no RE 870.947/SE, Tema 810 de repercussão geral, declarou a inconstitucionalidade da TR como índice de atualização, a ser feita pelo IPCA-E. Transcreve-se a ementa: (...).

Observa-se que a Corte local decidiu a controvérsia à luz de fundamentos eminentemente constitucionais, matéria insuscetível de ser examinada em sede de recurso especial.

Portanto, ultimada a resolução da controvérsia em repercussão geral, denotando a primazia do viés constitucional do tema em debate, caso não é de enfrentá-lo na seara do recurso especial ou do agravo dele decorrente (AREsp).

Quanto à questão de fundo, é importante ressaltar que o juiz não está adstrito às conclusões da perícia técnica, podendo se pautar em outros elementos de prova aptos à formação de seu livre convencimento, estando autorizado a concluir pela incapacidade laborativa fundada no conjunto probatório produzido nos autos e nas particularidades do caso concreto.

Na espécie, o Tribunal *a quo*, com base no conjunto fático-probatório dos autos, entendeu que foram demonstrados os requisitos legalmente exigidos à concessão do benefício postulado, conforme se extrai do seguinte trecho do acórdão recorrido (fl. 232):

Verifica-se no documento médico de fls. 31 que o autor passou a apresentar osteoartrose secundária à fratura no pé direito, causando-lhe dores que o impediam de trabalhar (fls. 31).

Registre-se que o obreiro, após o acidente, foi afastado de suas atividades laborativas por quase dois anos, em gozo de auxílio-doença acidentário, tendo sido submetido a tratamento cirúrgico (fls. 28 e 61).

Há, ainda, nos autos registro de que o obreiro passou por processo de reabilitação profissional e foi considerado apto para a função de manobrista, ante as restrições impostas pelas seqüelas do acidente, que não mais permitem que o mesmo execute tarefas onde haja carregamento e levantamento de pesos, deambulação prolongada e esforços físicos (fls. 26/27 e 33/35).

Nesse sentido, a testemunha Renato Ferreira Lima, ouvida em audiência de instrução, relatou que o autor "precisou colocar pinos" no pé direito, em razão do acidente, e que foi reabilitado, ante a impossibilidade de exercer as mesmas atividades (fls. 152).

Se o retorno do autor às funções anteriormente exercidas (ajudante de motorista) oferece condições para o agravamento das lesões no pé direito, impõe-se reconhecer a redução de sua capacidade laborativa.

Há elementos suficientes que caracterizam a incapacidade parcial e permanente que impossibilitam o autor de retornar às suas atividades laborativas habituais, evidenciando a presença dos requisitos necessários à concessão do auxílio-acidente, previsto no art. 86 da Lei n° 8.213/91, com as alterações introduzidas pela Lei n° 9.528/97.

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, no sentido de que não restou comprovada a incapacidade laboral da parte autora, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. DJe 09/10/2013).

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator